



Número: **0800012-71.2020.8.18.0076**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de União**

Última distribuição : **09/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 20.000,00**

Assuntos: **Pagamento, Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO TAVARES DE MENEZES NETO (AUTOR)		WILSON BATISTA CALAND (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7813531	15/01/2020 22:52	Decisão	Decisão
7809637	09/01/2020 20:32	Petição Inicial	Petição Inicial
7809638	09/01/2020 20:32	PETIÇÃO INICIAL FRANCISCO TAVARES X SEGURADORA LIDER	Petição
7809639	09/01/2020 20:32	PROCURAÇÃO	Procuração
7809640	09/01/2020 20:32	DOCUMENTO DO AUTOR	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7809641	09/01/2020 20:32	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7809642	09/01/2020 20:32	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECOÔMICA	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7810093	09/01/2020 20:32	INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7810094	09/01/2020 20:32	DECLARAÇÃO DO HOSPITAL DE UNIÃO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7810095	09/01/2020 20:32	BOLETIM DE OCORRÊNCIA DO ACIDENTE	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7810096	09/01/2020 20:32	COMPROVANTE DO ENVIO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7810097	09/01/2020 20:32	PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO NO HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7810098	09/01/2020 20:32	ATESTADO MÉDICO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7810099	09/01/2020 20:32	RECEITUÁRIOS MÉDICO DE CONTROLE ESPEECIAL	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7810100	09/01/2020 20:32	DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
VARA ÚNICA DA COMARCA DE UNIÃO

Rua Anfrísio Lobão, 222, Centro, UNIÃO - PI - CEP: 64120-000

PROCESSO Nº: 0800012-71.2020.8.18.0076 M
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Pagamento, Seguro, Acidente de Trânsito]
AUTOR: FRANCISCO TAVARES DE MENEZES NETO
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

Quanto ao pedido de tutela, o novo Código de Processo Civil, em seu artigo 311, prevê as hipóteses em que são cabíveis a concessão da tutela de evidência, transcrevo-o:

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

I – ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;

II – as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

III – se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

IV – a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.

A parte Requerente pugna pela concessão da mesma embasada nos incisos, II e III, porém, conforme se observa nos documentos acostados, os mesmos não são suficientes, por si só, para garantir o direito pleiteado pelo autor, razão pela qual INDEFIRO o pedido concessão da tutela da evidência.

Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art.139, VI, do CPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o



juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”.

CITE-SE o Requerido, devendo constar do mandado de citação as advertências dos artigos 335 e 344, do CPC, e se fazer acompanhar de cópia da petição inicial e deste despacho.

Cumpra-se. Expedientes necessários.

UNIÃO-PI, 10 de janeiro de 2020.

MARIANA CRUZ ALMEIDA PIRES
Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de União



SEGUE PETIÇÃO INICIAL EM PDF



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE
UNIÃO PIAUÍ.**

PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

FRANCISCO TAVARES DE MENEZES NETO, brasileiro, casado, pescador **(inválido para o trabalho)**, inscrito do CPF sob nº 397.692.403-20 e portador do RG de nº 749.454 SSP/PI, residente e domiciliado na Rua Areolino de Abreu nº 319, Beira Rio, União-PI, CEP 64.120-000, por seu advogado abaixo firmado (procuração em anexo), com endereço profissional listado no rodapé deste petitório, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, na melhor forma de direito, ajuizar a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT C/C TUTELA DE
EVIDÊNCIA**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, localizada na **Rua Senador Dantas nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20.031-205**, pelas motivos fáticos e jurídicos que passa a explicar:

Escritório profissional localizado Quadra J, Casa 24, Residencial Zequinha Freire, Bairro Vale do Gavião, CEP: 64.069-010, Teresina-PI. Email: wilsonbatista23@yahoo.com - contato: 98804 – 7956 / 99493 – 3988.



1. PRELIMINARMENTE

1.1 DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

O demandante faz jus à concessão da gratuidade de Justiça, uma vez que trata-se de Pescador desempregado e inválido para o trabalho (declaração de hipossuficiência econômica anexo).

Portanto, requer o Autor desde já, **os BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA** por não possuir rendimentos para custear as despesas, honorários advocatícios e demais custas processuais em detrimento de seu próprio sustento e de sua família (art. 5º, LXXIV, CRFB/88, lei nº 1.060/1950, lei nº 7.115/1983, arts. 98 e 99, CPC).

1.2 DA PRIORIDADE PROCESSUAL

Necessário, ainda, a observância da prioridade na tramitação do processo no presente caso, uma vez que a Autora é portadora de deficiência, com a previsão da referida garantia no **artigo 9º, VII da Lei nº 13.146/2015, bem como no artigo 1.048, I, CPC c/c art. 6º, XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.**

1.3 DA AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

O advogado abaixo firmado declara para fins do disposto no artigo 425 incisos IV e VI, do Código de Processo Civil, que as cópias das peças que compõem o presente instrumento são autênticas.

Escritório profissional localizado Quadra J, Casa 24, Residencial Zequinha Freire, Bairro Vale do Gavião, CEP: 64.069-010, Teresina-PI. Email: wilsonbatista23@yahoo.com - contato: 98804 – 7956 / 99493 – 3988.



2 DOS FATOS

O Autor sofreu um acidente de motocicleta no dia 05/10/2016 por volta das 14:30, na fazenda Chaparral na zona Urbana de União/PI, próximo ao anel viário, **conforme Boletim de Ocorrência de nº 107500.001736/2016-23 em anexo.**

Em um primeiro momento o Requerente foi encaminhado para o Hospital Municipal de União, onde recebeu os primeiros atendimentos, em seguida foi encaminhado para o Hospital de Urgência de Teresina-HUT, **conforme documentação que fizemos juntar nesta exordial.**

Devido este acidente o Demandante sofreu escoriações no crânio, desde então faz tratamento médico, necessitando de regular utilização de remédio controlado, conforme anexo.

Como comprovado nos receituários ambulatoriais anexados nesta inicial, o Requerente faz acompanhamento regular com neurologista e psiquiatra, tendo que viver com um coágulo em sua cabeça. **Portanto, todos esses problemas de saúde o torna inapto, pois sobrevive com sequelas permanentes por conta do acidente sofrido.**

O Requerente deu entrada no seguro DPVAT de forma administrativa, recebendo diversas comunicações avisando da necessidade de apresentação de documentações.

Tendo apresentado as informações solicitadas, aguardou o deferimento de seu pedido, entretanto foi surpreendido com a informação de que sua documentação não foi recebida pela Seguradora e conseqüentemente teve seu processo negado.

Salienta-se que o direito do Autor, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e os problemas de saúde permanentes que o autor vem sofrendo. **NESSE SENTIDO, BUSCA A TUTELA JURISDICIONAL DO ESTADO PARA FAZER VALER O SEU DIREITO.**

Escritório profissional localizado Quadra J, Casa 24, Residencial Zequinha Freire, Bairro Vale do Gavião, CEP: 64.069-010, Teresina-PI. Email: wilsonbatista23@yahoo.com - contato: 98804 – 7956 / 99493 – 3988.



3. DO DIREITO

Como é notório, o Seguro Obrigatório DPVAT tem por finalidade dar cobertura financeira as vítimas de acidente de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, **invalidez permanente**, despesas de assistência médica e suplementar.

Foi criado pela Lei de nº 6.194/74 e desde então sofreu algumas alterações, acerca dos danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT o art. 3º dispõe:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente**, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). **(grifo noss)**

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).

Art. 2º Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea "I" nestes termos:

Art. 20 Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

O pagamento da indenização independe de quem teve culpa no acidente, necessitando para sua perfectibilização, apenas provas simples do sinistro e dos danos decorridos, nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, in verbis:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Desta forma, com os laudos médicos, receituários ambulatoriais e prontuários médicos, o processo tem documentação suficiente para atender os termos da lei nº 6.194/74, o qual só necessita de mera prova do acidente e do dano decorrente.

Escritório profissional localizado Quadra J, Casa 24, Residencial Zequinha Freire, Bairro Vale do Gavião, CEP: 64.069-010, Teresina-PI. Email: wilsonbatista23@yahoo.com - contato: 98804 – 7956 / 99493 – 3988.



Logo, resta comprovado o nexo causal, uma vez que o Boletim de Ocorrência nº 107500.001736/2016-23 e a declaração emitida pelo Hospital Municipal de União comprovam.

3.1 DA TEMPESTIVIDADE NA PROPOSITURA DA AÇÃO

A pretensão de cobrança de diferenças referentes ao seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos, a contar do pagamento administrativo do valor menor. **Assim decidiu a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso repetitivo.**

A Seção decidiu, ainda, que a suspensão da prescrição se dá apenas durante a tramitação do pedido de indenização na esfera administrativa, **voltando a fluir na data de ciência da recusa da seguradora.** Veja a Jurisprudência:

Ementa: SÚMULA 405 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. "A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos" (Súmula 405 do STJ). O início do prazo prescricional, nas ações movidas pelo segurado contra a seguradora, tem seu início a contar do pagamento administrativo realizado a menos ou da **negativa de adimplemento da indenização securitária.** Na ausência desses balizadores, a fluência terá início na data do acidente. Apelação Cível AC 128952 SC 2010.012895-2 (TJ-SC). Jurisprudência 14/05/2010 Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **(Grifo nosso).**

Portanto, considerando que o Autor foi comunicado pela Seguradora ré do **indeferimento administrativo do pedido de indenização na data de 22 de outubro de 2018, consoante prova documental em anexo, não há o que se falar em prescrição da presente demanda.**

Respalado no artigo 5º, XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil, o Autor tem o direito legal de apreciação pelo Poder Judiciário da lesão sofrida.

Conforme acostado aos autos, a Seguradora Líder solicitou a inclusão de uma declaração de proprietário do veículo para a concessão do seguro.

Escritório profissional localizado Quadra J, Casa 24, Residencial Zequinha Freire, Bairro Vale do Gavião, CEP: 64.069-010, Teresina-PI. Email: wilsonbatista23@yahoo.com - contato: 98804 – 7956 / 99493 – 3988.



O Autor no momento do acidente era proprietário do veículo, porém não havia firmado a transferência do bem para o seu nome, quando houve a necessidade desta declaração ele buscou a antiga proprietária, entretanto ela não queria repassar suas informações.

Após muita conversa e explicações conseguiu que ela lhe passe os dados e assinasse o documento, esta declaração consta anexa nos autos.

Porém, a Seguradora exigia que a declaração fosse autenticada, a partir deste momento a obtenção desta certidão fugiu da alçada do Autor, uma vez que a antiga proprietária se mostrou relutante e irredutível sobre a hipótese de ir ao cartório resolver essa burocracia.

Explicado tal situação, não há o que se falar em ausência de interesse processual e falta de interesse de agir, devendo ser afastada qualquer hipótese de entendimento de desídia do Requerente em relação a ausência de declaração, uma vez que não dependia apenas dele.

3.2 CORREÇÃO MONETÁRIA DA INDENIZAÇÃO

Sobre o termo inicial da correção monetária, a indenização deverá ser corrigida monetariamente a partir da data do sinistro e não da data que o pagamento deveria ter sido efetuado na via administrativa e nem da data de propositura da ação; quanto aos juros de mora, estes devem ser acrescidos desde a citação da ré.

Por fim, vale mencionar que esse é o entendimento dos nossos tribunais, conforme jurisprudência, a seguir exposta:

AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT- CORREÇÃO MONETÁRIA HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS - O termo inicial da correção monetária é a data do sinistro e dos juros de mora a data da citação. Nas causas em que houver condenação em quantia certa, os honorários, fixados com base no valor pecuniário estabelecido, devem observar o grau de zelo do profissional, a natureza e importância da causa, o tempo exigido do advogado e, ainda, o lugar de prestação do serviço, com base no § 2º, do art. 85, do CPC, somente justificando-se sua alteração caso se distancie dos critérios legais estabelecidos.

Escritório profissional localizado Quadra J, Casa 24, Residencial Zequinha Freire, Bairro Vale do Gavião, CEP: 64.069-010, Teresina-PI. Email: wilsonbatista23@yahoo.com - contato: 98804 – 7956 / 99493 – 3988.



(Processo AC 10433140196224001 MG Publicação 13/04/2018
Julgamento 3 de Abril de 18 Relator Estevão Lucchesi).

Desta forma, o Autor, pugna pelo pagamento do seguro com correção monetária pelo índice INPC, **a partir do evento doloso em 05/10/2016, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, a partir da citação do réu na presente demanda.**

3.3 DA TUTELA DE EVIDÊNCIA

Com o devido acato e respeito de estilo, o Autor vem, à elevada presença de Vossa Excelência, requerer a tutela de evidência, presente no inciso II do artigo 311 do Código de Processo Civil, que conforme o texto legal é possibilitada a antecipação dos efeitos da decisão **independentemente de perigo de dano ou risco ao resultado do processo, nos casos em que é evidente o direito que deve ser aplicado.**

Esta exordial está instruída com provas documental suficiente e o argumento da ré para negar o pedido administrativo nem de longe é capaz de gerar dúvida em relação ao Direito arguido pelo Autor, que também configura um motivo para o deferimento do pleito, **conforme se vislumbra no texto legal, in verbis:**

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Escritório profissional localizado Quadra J, Casa 24, Residencial Zequinha Freire, Bairro Vale do Gavião, CEP: 64.069-010, Teresina-PI. Email: wilsonbatista23@yahoo.com - contato: 98804 – 7956 / 99493 – 3988.



Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.

Portanto, restam satisfeitos os requisitos da tutela de evidência, **uma vez que o Autor sofreu traumatismo craniano e ficou inválido, desde então faz tratamento médico, necessitando de regular utilização de remédio controlado em decorrência do referido acidente de trânsito, conforme ampla documentação acostada nesta inicial.**

4 DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, **REQUER** de Vossa Excelência seja **JULGADO PROCEDENTE** os seguintes pedidos:

a) Dada e provada a manifesta hipossuficiência financeira do Autor, com fulcro no art. 5º, LXXIV, CRFB/88, lei nº 1.060/1950, lei nº 7.115/1983, arts.98 e 99, CPC, **sejam concedidos os benefício da gratuidade de justiça para o mesmo;**

b) Seja observada a **prioridade na tramitação do processo**, conforme dissertado em sede de preliminar;

c) A designação de **audiência prévia de conciliação**, nos termos do artigo 319, VII do Código de Processo Civil:

d) **Liminarmente, a concessão do pedido de tutela provisória de urgência e /ou de evidência, com o fim de determinar ao réu que conceda imediatamente, o benefício pleiteado, em prazo a ser estabelecido por Vossa Excelência, sob pena de cominação em multa diária;**

e) Seja determinada a citação da Seguradora Ré, via AR, na pessoa de seu representante legal, para querendo, apresentar defesa, sob pena de revelia e confissão;

Escritório profissional localizado Quadra J, Casa 24, Residencial Zequinha Freire, Bairro Vale do Gavião, CEP: 64.069-010, Teresina-PI. Email: wilsonbatista23@yahoo.com - contato: 98804 – 7956 / 99493 – 3988.



f) Seja a presente ação no mérito, julgada **PROCEDENTE com a condenação da Seguradora ré ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora e atualização monetária;**

g) A condenação da parte Requerida em custas e despesas processuais, **bem como ao pagamento dos honorários advocatícios, estes em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.**

Pretende o Autor provar suas argumentações fáticas, documentalmente, apresentando desde já os documentos acostados à peça exordial, protestando pela produção das demais provas que eventualmente se fizerem necessárias no curso da lide.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais).

Nesses termos,

pede deferimento.

Teresina-PI, 06 de janeiro de 2020.

**WILSON BATISTA CALAND
ADVOGADO OAB/PI 13609**

